

José Exequiel Basini Rodriguez

Daniel Tavares dos Santos

Diego Omar da Silveira

(Organizadores)

POVOS TRADICIONAIS III

Fronteiras e Geopolítica
na América Latina

Uma proposta para a Amazônia

Realização:



Apoio:



autografia

Rio de Janeiro, 2020

P879 Povos tradicionais III: fronteiras e geopolítica na América Latina – uma proposta para a Amazônia / Organizadores José Exequiel Basini Rodriguez, Daniel Tavares dos Santos, Diego Omar da Silveira. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.
278 p. : 16 x 23 cm

ISBN 978-65-5531-098-6

1. Antropologia. 2. Ecologia humana – Brasil. 3. Etnologia. I. Rodriguez, José Exequiel Basini. II. Santos, Daniel Tavares dos. III. Silveira, Diego Omar da.

CDD 304.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Povos tradicionais III: fronteiras e geopolítica na América Latina – uma proposta para a Amazônia

RODRIGUEZ, José Exequiel Basini

SANTOS, Daniel Tavares dos

SILVEIRA, Diego Omar da

ISBN: 978-65-5531-098-6

1ª edição, abril de 2020.

COMITÊ CIENTÍFICO

Carlo Emilio Piazzini Suárez

Carlos Zárate Botía

Cristian Farias Martins

Flávia Melo da Cunha

Germán Palacio

José Exequiel Basini Rodriguez

Raimundo Nonato Pereira da Silva

Renato Monteiro Athias

Rodrigo Oliveira Braga Reis

Stephen G. Baines

Vladimir Montoya Arango

COMITÊ ORGANIZADOR

Cristian Farias Martins

Daniel Tavares dos Santos

Flávia Melo da Cunha

José Exequiel Basini Rodriguez

Juan Carlos Peña Marquez

Kalinda Félix de Souza

Liliana Débora Furtado Lima

Nicolás Victorino

Raimundo Nonato Pereira da Silva

Rodrigo Oliveira Braga Reis

CRÉDITOS DO CONGRESSO / CRÉDITOS DEL CONGRESO

III Seminário Povos Tradicionais, Fronteiras e Geopolítica na América Latina: Uma proposta para a Amazônia.

Manaus. Brasil 18, 19 e 20 novembro de 2014/ III Seminario Pueblos Tradicionales, Fronteras y Geopolítica en

América Latina: Una propuesta para la Amazonía

REVISÃO DO PORTUGUÊS / REVISIÓN DEL PORTUGUÉS

Andrea Quadrelli

REVISÃO DO CASTELHANO / REVISIÓN DEL CASTELLANO

Andrea Quadrelli

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA / REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Diego Omar da Silveira

PRÉ-TEXTOS E CV / PRETEXTOS Y CV

José Basini e Diego Omar da Silveira

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Mayrink Veiga, 6 – 10º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20090-050

www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem
prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	9
INTRODUÇÃO	15
INVESTIGACIONES INTERCULTURALES: EL PROBLEMA DE INCONMENSURABILIDAD	27
<i>Carlo Emilio Piazzini Suárez</i>	
MITO E SUSTENTABILIDADE	51
<i>Armando Goes Melo</i>	
OS MATSÉS DA ALDEIA LOBO E AS DINÂMICAS FRONTEIRIÇAS	63
<i>Rodrigo Reis</i>	
EL ACCESO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS A LA EDUCACIÓN SUPERIOR CON VISIÓN CULTURAL PROPIA	97
<i>Fidel Cabrera Vargas</i>	
ESTAR NA FRONTEIRA: RELATOS ETNOGRÁFICOS DA VIDA NO ALTO SOLIMÕES	101
<i>Cristian F. Martins</i>	
OS KANAMARI E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO VALE DO JAVARI, AMAZONAS	139
<i>Lilian Débora Lima de Oliveira</i>	
AS FAMÍLIAS INDÍGENAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO AMAZONAS DE 2013-2017	159
<i>Daniela Gato Aguilera</i>	
DESLOCAMENTO DOS ÍNDIOS WAPIXANA NA FRONTEIRA DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA E DO BRASIL: IMPACTO NAS TERRAS INDÍGENAS DA REGIÃO DA SERRA DA LUA/RR	183
<i>Carlos Alberto Marinho Cirino</i>	
INDÍGENAS EM CONTEXTO DE FRONTEIRAS INTERNACIONAIS: OS PALIKUR DA MICRORREGIÃO DO PLATÔ GUIANA FRANCESA E NORTE DO AMAPÁ	199
<i>Lucilany Carneiro de Sousa</i>	
ENTRE MÁSCARAS, MARACÁS, IMAGENS E OBJETOS XAMÂNICOS EM MUSEUS	215
<i>Renato Athias</i>	

ANTROPOLOGÍA DE LA MEMORIA: ESTRATEGIAS METODOLÓGICAS PARA LA ETNOGRAFÍA EN EL CONTEXTO DEL DIÁLOGO DE SABERES EN LATINOAMÉRICA	239
<i>Vladimir Montoya Arango</i>	
LA PIEL COMO FRONTERA. UNA PERSPECTIVA PARA VENCER EL MIEDO Y LA SEGURIDAD PRESURIZADA	259
<i>José Exequiel Basini Rodríguez</i>	
SOBRE OS AUTORES	277
SOBRE OS ORGANIZADORES	281

OS MATSÉS DA ALDEIA LOBO E AS DINÂMICAS FRONTEIRIÇAS

Rodrigo Reis

No presente trabalho descrevo algumas situações vivenciadas pelos Matsés da Aldeia Lobo, situada no igarapé que recebe o mesmo nome, no alto rio Javari ou Jaquirana. Parto do texto desenvolvido como um dos capítulos de minha dissertação de Mestrado (Reis, 2013), onde tematizo os dados da pesquisa de campo realizada em 2012 (em especial, os que foram produzidos durante a estadia na aldeia Lobo), para tratar de situações sociais que podem vir a se apresentar como elementos explicativos da organização social e política deste povo e de suas relações transfronteiriças. Assim, considerando os limites e os objetivos deste texto não retomarei os estudos etnográficos e historiográficos acerca das relações engendradas pelos Matsés que confluíram para a sua atual configuração territorial na zona fronteira entre o Brasil e o Peru, tal como já foi realizado anteriormente (Reis, 2013; 2015).

REDES DE RELAÇÕES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Na manhã do dia 26 de maio de 2012, ao acordar e não encontrar Gaúcho, saí para a frente da casa e brinquei com algumas crianças (notei que algumas ainda tinham receio de se aproximar). Pouco tempo depois recebi o recado de Gaúcho me chamando para ir à casa de sua irmã onde iria fazer a primeira refeição do dia – *pupeca*¹ de sardinha, macaxeira assada e banana cozida servidas com mingau de banana e

1. Uma espécie de embrulho preparado com a folha de bananeira onde é assado o peixe.

patauá.² Já havia ido nesta casa na tarde do dia anterior. É onde mora o “senhor do rapé” que é cunhado de Gilson Mayoruna, o Gaúcho.

Depois de tomar o café da manhã, voltei para a casa de Gonçalo e em seguida saímos para o Posto de Saúde da Aldeia, íamos usar a mesa de lá para produzir um cartaz de divulgação dos jogos binacionais. Por volta das 9h, Gaúcho foi à maloca de reuniões para utilizar o rádio, pois tinha marcado pra falar com sua esposa. Na volta olhou a minha proposta de cartaz, aprovou e depois pediu R\$10,00 para comprarmos uma galinha para fazer um caldo que seria servido aos homens da aldeia após um jogo amistoso da seleção brasileira que seria transmitido neste dia.

Na sala da casa de Gonçalo – uma das poucas que possui gerador de energia, aparelho televisor e antena parabólica – se reuniu para assistir ao jogo um grupo formado somente por homens, principalmente os mais jovens. Depois do jogo, Gaúcho pediu para os parentes olharem a proposta de cartaz. Sentei no chão com o notebook enquanto me rodeavam para olhar, e Gaúcho discursava sobre o material de divulgação. Pouco tempo depois foi servido o caldo de galinha. No turno da tarde prosseguiu a preparação do campo de futebol para a realização dos jogos binacionais: marcar os limites e fazer novas traves. Acompanhei os trabalhos na área do campo de futebol até que uma movimentação em outra área da aldeia fez com que todos se dirigissem até lá.

Havia atracado no porto próximo as casas de Branco, de Mocaci e de outros membros da família de Uaqui (ou Caiçuma, como é mais conhecido), uma embarcação de nome “Emperatriz I”. Era um grupo de comerciantes comandado por uma mulher que se apresentava como Lurdes e afirmava vir de Angamos (Peru). Subiram com várias sacolas e se reuniram embaixo de uma cobertura de palha localizada na área de uma antiga maloca onde se agruparam mais de 100 pessoas de ambos os sexos e de todas as idades.

2. O patauá (*Oenocarpus bataua* ou *Jessenia bataua*) é uma palmeira originária da Amazônia, que têm um fruto comestível rico em óleo de alta qualidade.

Antes de começarem as trocas, Gaúcho entrevistou chamando atenção da comerciante para o fato de que ela estava em uma Terra Indígena e que não era permitido comercializar. Ficou um clima tenso, pois os parentes queriam adquirir os produtos ofertados pelo grupo de comerciantes. Abriu-se uma discussão, na qual falaram Gaúcho, Mocaci e Gonçalo. Enquanto estes discutiam, Lurdes estava me olhando de forma curiosa e percebi quando ela perguntou quem eu era. Depois das intervenções ela me perguntou: “professor, posso vender?”. Respondi que não cabia a mim decidir. A troca foi autorizada pelo cacique Mocaci e Gaúcho passou a questionar o valor dos produtos.

Gaúcho me dizia que se dependesse dele, o grupo de comerciantes não ficaria lá, mas os parentes queriam adquirir os produtos ofertados e ele não os iria confrontar. Daí que adotou outra postura: deixou de tentar impedir e de dizer que o grupo de comerciantes poderia ser denunciado para o Exército, e passou a mediar algumas trocas obtendo êxito em parte destas negociações. Entre os produtos trazidos pelos comerciantes, haviam pilhas, roupas, “bombom” (pirulito), galletas, lanternas e refrigerantes que foram trocados, principalmente, por galinhas, uma vez que foram poucos os Matsés que usaram dinheiro e somente um tracajá³ foi usado nas trocas.

A líder do grupo de comerciantes estabeleceu algumas regras, dentre as quais igualou os valores das moedas nacionais – Novo Sol (S/. – Peru), Real (R\$ – Brasil) e Pesos Colombianos (Col\$) –, além de ter estabelecido a equivalência de alguns produtos:

- 1 tracajá = 10 pares de pilhas
- 1 galinha = 1 lanterna
- 1 paneiro⁴ de farinha = 1 pacote de refrigerante (12x500ml)
- 1 galinha = R\$10,00 ou R\$15,00

3. Espécie de quelônio muito apreciado para a alimentação.

4. Cesto sem alças, feito em trançado largo de talas de palmeira, geralmente forrado de folhas, muito utilizado para transportar e/ou acondicionar certos alimentos (farinha - d'água, farinha de mandioca, açaí etc.). É utilizado como unidade de medida e equivale em média a 36 litros, ou a 25 quilos.

Lurdes e seu grupo dormiram na aldeia e na manhã do dia 27 continuaram as trocas, desta vez em frente à casa de Branco. Nas trocas realizadas no segundo dia predominaram os cachos de bananas que haviam sido rejeitados por Lurdes no dia anterior.

Pela localização da aldeia e pelas restrições impostas para a entrada na Terra Indígena, não imaginava encontrar este tipo de comércio no local. No entanto, em conversa com Gonçalo tomei conhecimento de que se tratava de algo recorrente, pois outros comerciantes já vieram à aldeia chamados pelos próprios parentes. Além disto, no dia em que chegamos no Lobo, observei que havia um barco de um comerciante de Atalaia do Norte encostado na margem do igarapé Lobo, porém, segundo Gaúcho, não houve acordo quanto a sua presença na aldeia.

A presença de Lurdes e seu grupo, e do outro comerciante na aldeia, confirma a existência atual do “regatão”, figura conhecida pelos índios da região desde o período jesuítico. Quanto aos valores de troca estabelecidos, não tenho dados que me permitam afirmar se são abusivos e entendo ser necessário para esta avaliação considerar as despesas com alimentação e combustível, e o tempo e a energia despendida em uma viagem à Angamos ou Atalaia do Norte para a venda de galinha, farinha ou artesanatos. No entanto, chamou-me a atenção o fato de Lurdes ter igualado as moedas nacionais visto que aí reside uma diferença concreta – pois, aproximadamente R\$ 15,00 (o valor estipulado para uma galinha) equivalia a S/. 19,57.⁵

5. Cotação consultada em 21 de março de 2013, através do serviço de conversão de moedas disponibilizado pelo Banco Central do Brasil através do site: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>.



Foto 1: As trocas, 26.05.2012. Rodrigo Reis

O papel dos produtos industrializados na vida das populações ameríndias tem sido debatido em uma vasta literatura sobre a utilização destes elementos alheios aos povos amazônicos nas mais diversas situações de contato, tanto no período colonial quanto na história recente. Assim como há um conjunto de trabalhos, sobretudo nos estudos voltados aos povos da família linguística pano, que demonstram como diversos bens são incorporados nas representações mitológicas acerca dos outsiders – a exemplo do mito da descoberta do machado pelos Matsés relatado.

Alguns aspectos a partir da situação presenciada na aldeia Lobo devem ser ressaltados. Primeiramente, destaco a utilização de galinhas como “moedas de troca”. Havia – e creio que ainda há – uma grande quantidade de galinhas criadas na comunidade e isto se deve, fundamentalmente, ao incentivo dado pela Funai para a criação desses animais através de projetos e ações que visam a “geração de renda” para as aldeias. Recordo que em diversas visitas a Funai que se deram a partir de 2007, a elaboração de tais projetos era um assunto corriqueiro, tendo sido, inclusive, procurado por funcionários da Funai para indicar um profissional com formação agropecuária que auxiliasse a elaboração de

um projeto de criação de porcos em uma aldeia Marubo do rio Ituí. Além de ter presenciado indígenas procurando a sede deste órgão indigenista em busca de materiais para a construção de galinheiros em diferentes ocasiões.

Desde os primeiros momentos na aldeia Lobo pude perceber a presença de galinhas e dos galinheiros. No entanto, o que não observei foi o consumo destas aves pelos próprios Matsés – fato também notado por Tomás, um funcionário no Posto de Saúde da aldeia que me perguntou se eu sabia o motivo deles não se alimentarem de galinha. Nos relatos que fiz acima, a respeito dos dias 26 e 27 de maio, em um primeiro momento uma galinha é ofertada a mim e ao Gaúcho para compra, e em seguida são recolhidas várias galinhas para serem trocadas por produtos trazidos por Lurdes e seu grupo. Diante disto, parece razoável concluir que a galinha, além de continuar sendo um animal estrangeiro/exógeno, é um instrumento de intercâmbio com os estrangeiros, sendo raramente consumido pelos próprios Matsés com fins alimentícios (porque eles comem galinha, o caldo, indiretamente, ou seja, quando é servida pelos outros, embora eles mesmos não matem as galinhas que criam para se alimentar).

Outrossim, considero ser necessária a distinção entre a criação de animais domésticos dos brancos, como as galinhas, e os animais selvagens que são criados como xerimbabos. Ainda que ambos não sejam alimentos, a forma como são criados indica que servem para finalidades distintas. Por exemplo, diferente das galinhas, criadas soltas na área da aldeia ou nos galinheiros construídos com recursos de projetos de geração de renda, observei uma relação de maior proximidade e cuidado com um quati e um bicho-preguiça criados por crianças de uma família da aldeia Lobo. Sem elementos para aprofundar esta distinção em outras análises, como a dos circuitos de alimentação e predação – a exemplo, de Costa (2007) sobre os Kanamari – ou sobre o parentesco animal-humanos (Arisi, 2011), reafirmo que os xerimbabos dos brancos (neste caso as galinhas) são criados para trocar por mercadorias que cobiçam.

O intercâmbio com os estrangeiros é o segundo e, provavelmente, o principal aspecto a ser destacado destes eventos. Sendo o interesse – ou mesmo, a necessidade – pelos produtos alheios ao seu universo, um dos fatores que têm impulsionado ao longo do tempo o contato entre os diversos povos indígenas ou entre estes e os “brancos”. Podemos observar que, tanto através da incorporação dos projetos de geração de renda quanto pelo estabelecimento de relações comerciais – às vezes se sobrepondo aos limites legais –, os Matsés fortalecem as redes de intercâmbio com os outros.

Conforme relatei anteriormente, poucas pessoas utilizaram dinheiro para adquirir os produtos trazidos por Lurdes – o que não indica necessariamente a ausência de recursos monetários. Além daqueles que se dedicam à venda de artesanatos aos não-indígenas e de alguns gêneros alimentícios (farinha, bananas, galinhas) quando visitam a cidade, os Matsés têm acesso ao dinheiro proveniente de benefícios sociais – como aposentadoria e o bolsa-família – ou de alguma profissão remunerada, embora estas sejam restritas aos professores e aos Agentes Indígenas de Saúde.⁶ Desta situação decorrem algumas diferenças entre as pessoas que possuem uma fonte de renda e os demais, uma vez que são as pessoas que usufruem de uma renda monetária regular, juntamente com aquelas que desempenham funções de liderança no movimento indígena do Vale do Javari, que podem ser encontradas com mais frequência na sede do município de Atalaia do Norte e que adquirem e levam para comunidades os produtos da cidade.

Percebi algumas diferenças nas condições materiais destas pessoas na aldeia, como no padrão de moradia – a exemplo, da casa de Carlos, um dos filhos de Caiçuma e professor na comunidade, que é a única feita totalmente de madeira que vi na comunidade. Em uma visita que fiz à sua casa avistei, na parede externa próxima à porta de entrada, um cartaz com uma tabela de preços de bombons, “galletas” e bolachas

6. Ao todo, existem dois professores na Aldeia Lobo e três agentes de saúde que lá residem.

que ele traz da cidade para revender. Provavelmente, não era o único comerciante da própria aldeia, pois Gaúcho havia me dito que seus irmãos Gonçalves e Patxá eram comerciantes.

No período em que estive na casa de Gonçalves percebi somente duas vezes a presença de pessoas que pareciam procurar algum produto, quanto ao Patxá não obtive nenhuma confirmação durante minha estada no Lobo. Também haviam na aldeia somente três geradores de energia e três aparelhos de televisão, sendo que, além do gerador que fornecia energia elétrica para o aparelho de TV da igreja evangélica que existe na comunidade – este que ficava ligado durante todo o dia exibindo clipes gospel – somente Patxá (AIS) e Gonçalves (Professor) possuíam gerador de energia e aparelhos de TV em suas casas.

Para além destas questões econômicas, cabe registrar que a casa de Gonçalves era frequentada todas as noites por homens e mulheres – incluindo os funcionários do Posto de Saúde – para assistir à programação da Rede Globo, e em dias de partidas da Seleção Brasileira de Futebol a TV também era ligada para que muitos dos homens da aldeia fossem assistir, convertendo-se, portanto, em um dos espaços de sociabilidade da aldeia.

Para tratar de outro aspecto crucial no dia a dia dos Matsés do Lobo, partirei de dois eventos ocorridos também nos dias 26 e 27 de maio de 2012. Refiro-me agora ao atendimento à Saúde dispensado aos Matsés e aos demais povos indígenas desta área. Assim como os produtos industrializados, as epidemias têm influenciado diretamente no contato interétnico na região amazônica, quase sempre resultando em uma diminuição drástica das populações indígenas. Os que habitam a bacia do Javari sofrem há vários anos de surtos de Malária e, principalmente, de Hepatites. Ao longo do tempo, estes povos têm tanto buscado tratamento médico e se nucleado em torno da presença dos brancos – como as bases de missionários e postos de saúde –, quanto se dispersado no interior da floresta em fuga das doenças (Romanoff, 1984; Erikson, 2002).

O atendimento em Saúde oferecido na aldeia acontece em um posto de saúde cujo prédio – inaugurado alguns dias antes da minha chegada – possui o piso e meia parede de alvenaria, sendo o restante das paredes feito de madeira, duas caixas de 500 litros que recolhe água da chuva, as janelas não são teladas e não há gerador de energia. Além dos limites na infraestrutura, faltam alguns medicamentos e material para curativos.

Durante o período em que estive no Lobo, a equipe de saúde era formada por dois técnicos em enfermagem e um microscopista, sendo que este último se revezava no atendimento à população das aldeias abrangidas pelo Polo Base de Saúde sediado na aldeia 31 e que atende a população das aldeias Lobo, 31, José Meireles e Soles. As equipes de saúde se revezam por um período de 40 dias na Terra Indígena e durante este período, além do microscopista, também pode ocorrer a troca de agentes de saúde entre os postos – a exemplo de Tomás que passou alguns dias na aldeia 31, enquanto um enfermeiro do Polo Base permaneceu no Lobo.

No entanto, o atendimento em Saúde tem um equipamento que me pareceu ser imprescindível para a sua viabilidade: o rádio. Instalado em uma grande maloca construída para a realização de assembleias e abrigar visitantes – denominada de “malocão” – é através deste equipamento que os moradores se comunicam com as demais aldeias – tanto brasileiras quanto peruanas – e com os órgãos e entidades sediadas nas cidades de Tabatinga (Casai e CTI) e de Atalaia do Norte (Funai, Casai e Sesai). Através dos rádios instalados nestes órgãos, os moradores podem se comunicar com os parentes que moram nas cidades ou que foram realizar tratamentos, estabelecer contatos com indigenistas que trabalham ou pretendem trabalhar na área indígena, mas principalmente, comunicar os casos de doenças. Em situações graves são acionadas equipes de remoção que vão às aldeias buscar pacientes para tratamento médico na cidade.

Uma situação observada na tarde do dia 26 de maio ressalta os limites do atendimento realizado e a preponderância da existência deste

equipamento de comunicação: ao entrar no malocão para ouvir conversas no rádio junto com Gaúcho e Leopoldo (agente de saúde), escutei um atendimento médico. Três pessoas conversavam: uma médica que estava em Atalaia do Norte e dois agentes de saúde – uma do sexo feminino que intermediava a conversa entre o outro agente do sexo masculino e a médica. Não consegui saber em que aldeias os dois estavam, nem os nomes dos agentes. Também não sei quem era o paciente, nem qual era a doença. Esta situação evidencia uma rotina de trabalho dos agentes de saúde – indígenas e não indígenas – que em sua maioria só possuem a formação de auxiliar de enfermagem, mas, necessitam muitas vezes diagnosticar e medicar. Neste mesmo dia, chegou na comunidade uma equipe de vacinação e no dia seguinte as pessoas se dividiam entre as duas situações: o comércio com o grupo de Lurdes e a vacinação no Posto de Saúde. Os trabalhos foram coordenados por um enfermeiro e, além da vacinação de crianças e adultos, veio um agente da equipe de endemias para vacinar os cachorros da aldeia. A equipe permaneceu no Lobo até o dia 28 de maio e depois prosseguiu para as demais aldeias Matsés (31, José Meireles, Soles e Cruzeirinho).

Os problemas de saúde que assolam os povos indígenas desta região têm sido temas de reuniões e assembleias, assim como de denúncias em eventos nacionais e internacionais e nos meios de comunicação. A exemplo das reuniões e assembleias, além da Audiência Pública que presenciei em 2006 (Reis, 2013), cito a I Assembleia dos povos indígenas da região do médio Javari, Curuçá e alto Jaquirana, realizada em outubro de 2007, e o I Seminário: Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari – este que ocorreu em junho de 2009. Em parceria com organizações indigenistas como o CIMI e o CTI, têm sido realizadas campanhas audiovisuais, elaborados boletins, diagnósticos⁷ e cartilhas sobre formas de prevenção e tratamentos de

7. Cf. CTI & ISA. Saúde na Terra Indígena Vale do Javari: diagnóstico médico-antropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência, 2011.

algumas doenças⁸, e notícias a respeito dos altos índices de Hepatites e de mortes geralmente ocasionadas pela falta de atendimento têm circulado nos diversos meios de comunicação.



Foto 2: Movimentação no Posto de Saúde, dia de vacinação, 27.05.2012. Rodrigo Reis

Em suma, os problemas decorrentes do atendimento à saúde indígena são muitos e há bastante tempo conhecidos pelos órgãos indigenistas como podemos observar na seguinte afirmação contida no RTID da TI Vale do Javari: “Assistência adequada e contínua à saúde é uma das principais necessidades, quando não a principal reivindicação atual, além da demarcação da área, das comunidades indígenas do Vale do Javari” (Coutinho Jr., 1998, p. 127). Deste modo, é comum escutar as reclamações dos indígenas sobre estes problemas. A respeito do Posto de Saúde do Lobo, várias críticas foram manifestadas durante o período em que permaneci na aldeia e reações de revolta como a de uma das lideranças da aldeia, Caiçuma, que após muita espera, decidiu não

8. Cf. UNESCO. Falando sobre prevenção às DST/Aids e hepatites virais: Mayoruna (Matsés). – Brasília: UNESCO, 2012. 48 p. -- (Série Javari: educação preventiva para DST/HIV/Aids e hepatites virais para povos indígenas do Vale do Javari; 2).

acompanhar a sua inauguração, e em uma das reuniões⁹ realizadas no período que estive na aldeia, o seu irmão e também cacique, de nome Mocaci, fez as seguintes observações:

Sei que a Sesai fez um Posto de Saúde. Depois de muito tempo discutindo fez uma casa de Posto de Saúde e só! Eu não gostei! Tem que ter mais coisas no Posto. Não gostei de terem vindo fazer inauguração, com esse dinheiro poderia ter mais remédio, gerador de energia, televisão para as crianças, mesa para os profissionais trabalhar e tubo de oxigênio. Pra mim a saúde não melhorou! Fizeram um prédio, mas, não melhorou. Tá muito ruim mesmo!

Apesar destas limitações, quando é comparado com a situação vivida pelos Matsés no Peru, o atendimento à saúde oferecido no Brasil é visto de forma positiva e tem operado ao longo das últimas décadas como um atrativo de grupos Matsés que se deslocaram e formaram aldeias à margem direita do Javari. A exemplo desta comparação, Turu – um Matsés que nasceu no Lobo, mas viveu na aldeia Cashispi (Peru), onde nasceu sua esposa – me fez a seguinte afirmação: “No Peru não é bom, não!”. Tal afirmação foi sustentada pelos seguintes argumentos: “no Peru morre muita gente, por isso lá não é bom”; “não tem Casai e não tem tratamento médico gratuito”. Segundo ele, para realizar exames e ter acesso a medicamentos também necessita pagamento. Afirmou ainda que no Peru não existe um órgão equivalente à Casai, de forma que, quando os índios ficam doentes, estes têm que procurar hospitais e não existe um serviço de assistência básica que forneça alimentação e abrigo aos enfermos que esperam atendimento ou aos seus acompanhantes. Assim, quando há a necessidade de tratamento em Iquitos, os Matsés que vivem no Peru precisam vender suas coisas para custear sua permanência na cidade e comprar remédios.

Um exemplo atual de deslocamento e formação de uma nova aldeia é o de José Meireles (“São Meireles”, segundo Gonçalo ou somente

9. A reunião foi realizada no dia 12 de junho de 2012 e a citação feita decorre da tradução feita pelo Gonçalo durante a própria reunião.

“Meireles” conforme denominação utilizada por Dias (2012)). Na conversa que relatei acima, Turu afirmou que as pessoas que moram nesta aldeia – situada no Igarapé Lopes – saíram do Cashispi¹⁰ devido à falta de atendimento médico e relatou ter havido um caso recente de morte no Cashispi resultante da falta de tratamento para hepatite.

Do mesmo modo, Gonçalo – em algumas conversas e em uma entrevista concedida durante esta pesquisa – e Antônio Kulina – cacique da aldeia Soles – afirmam ser esta a principal motivação do deslocamento das 72 pessoas que formam atualmente esta nova aldeia. Antônio Kulina, que também é Agente Indígena de Saúde, relatou problemas relativos à falta de atendimento médico vividos por Matsés que moram no Peru e disse atender no Soles qualquer Matsés que esteja doente, pois considera todos parentes.

A formação desta nova aldeia gerou divergência sobre a emissão de documentos civis brasileiros para os seus habitantes, tendo como ápice da tensão o período de atuação do Barco PAI (Programa de Atendimento Itinerante) do Governo do Estado do Amazonas (Reis, 2013). Tal situação é profícua para a análise dos sentidos de identidade nacional e étnica que são empregados pelos indígenas neste contexto fronteiriço. É possível identificar situações e discursos em que a identidade étnica é sobreposta às identidades nacionais, por exemplo, a expressão que escutei diversas vezes: “somos todos parentes”. No entanto, há situações, como as analisadas por López Garcés (2000) entre os Tikuna, nas quais a competição por recursos econômicos, prestígio social e liderança político e religiosa motivam o estabelecimento de diferenciações intraétnicas.

De acordo com Jean Heródoto (ex-administrador da Funai em Atalaia do Norte), em entrevista realizada no dia 10 de maio de 2012, o deslocamento para o Brasil e a consequente reivindicação pelo registro civil dos Matsés de José Meireles é motivada pela possibilidade

10. Apesar dele não ter feito nenhuma distinção, há na literatura a respeito dos Matsés referências a uma aldeia formada em 1984 com o nome Nuevo Cashispi. Durante a viagem para o Lobo, Gaúcho afirmou que Cashispi é o nome de um senhor do grupo que foi atribuído a aldeia e de que as pessoas que formam a aldeia José Meirelbes viviam antes em Nuevo Cashispi.

de obtenção de benefícios sociais oferecidos pelo Estado brasileiro, como a Bolsa Família – motivação esta que não exclui a busca por atendimento à saúde. Esta situação pode ser classificada como uma instrumentalização inócua ou inofensiva da identidade (López Garcés, 2000), pois os Matsés que se encontram no Peru buscam os benefícios outorgados aos povos indígenas que estão dentro da jurisdição territorial brasileira sem que exista intenção de agredir aos demais. Ainda como exemplo desta instrumentalização da identidade, reproduzimos a intervenção de Pedro Shawan na 2ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Vale do Javari:

Eu vivi muitos anos no Peru, o Caiçuma [cacique da aldeia Lobo, Brasil] é meu irmão. Quando a gente adoecia tinha que pagar por todos os atendimentos, até malária. Eu gostaria de saber se o Brasil pode me ajudar, eu queria saber se o parente pode nos ajudar. A gente acredita muito na reestruturação [da FUNAI], independentemente de onde eu nasci, eu sou índio, nós merecemos a ajuda da FUNAI (UNIVAJA, 2011).

Por outro lado, a resistência à emissão dos registros por parte de algumas lideranças Matsés pode ser classificado como instrumentalização agressiva da identidade (López Garcés, 2000), pois em um contexto de competição por recursos, a nacionalidade brasileira é atribuída a determinados segmentos do grupo como forma de deslegitimação do direito que poderia ser estendido aos Matsés que são situacionalmente identificados como “peruanos”.

Outros autores também têm analisado situações de instrumentalização ou manipulação de identidades. Para Teófilo da Silva (2005, p. 118); “a noção de manipulação deve nos fazer lembrar aqui que os indígenas na qualidade de seres políticos planejam suas ações segundo interpretações próprias das expectativas impostas sobre e para eles a partir de critérios arbitrários de indianidade e autenticidade”. Neste mesmo sentido Cardoso de Oliveira observa (2000, p. 17):

[...] quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou os grupos estiverem inseridos, como a de procurarem assistência à saúde, à educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais.

Tais afirmações corroboram o pressuposto de que a análise das relações interétnicas deve considerar a capacidade de agência dos grupos sem deixar de reconhecer o poder dos órgãos governamentais sobre os grupos indígenas. É neste sentido que devemos observar que, se o atendimento à Saúde indígena é tido como melhor no Brasil, a Educação Escolar oferecida aos Matsés que vivem no Peru aparenta melhores condições.

Já havia escutado estas comparações a respeito dos serviços oferecidos pelos respectivos governos nacionais, como em uma conversa que tive com Marcos Mayoruna (realizada em Atalaia do Norte), e em conversas mantidas com outras pessoas no período em que estive no Lobo. A exemplo disto, em um dos dias dos Jogos, encontrei com um grupo de nove Matsés do Peru com os quais mantive uma conversa. Nesta ocasião, lhes contei em que trabalhava, falei da pesquisa que estava realizando e dos encontros em que conheci alguns Matsés – como Angel Dunu e um Matsés que conheci em um encontro em Letícia e que continuamos mantendo contato pela internet, o qual eles identificaram e acertaram o nome, Rogelio. Perguntei a respeito da exploração de petróleo, e eles me responderam que os processos de concessão estavam paralisados e que não haviam muitas mudanças com o novo presidente (Ollanta Humala). Durante a conversa afirmaram ainda que a educação no Peru é melhor se comparada à realidade brasileira, uma vez que as escolas indígenas peruanas têm uma melhor estrutura e que a maioria dos jovens Matsés concluem o ensino secundário (o que seria equivalente ao Ensino Médio no Brasil).

Apesar da conversa com estes jovens não ter se prolongado por muito tempo, estes reafirmaram a avaliação a respeito da educação escolar

no Peru, mas, para prosseguir com a comparação, apresento alguns elementos oriundos dos discursos e de situações observadas no Brasil.

A situação da educação escolar indígena é deficitária em toda área do Vale do Javari.¹¹ Desde 2007 tenho escutado reclamações de lideranças sobre o Ministério da Educação (MEC) que não destina recursos específicos à educação escolar indígena no país, deixando-a sob a responsabilidade de estados e municípios; denúncias de que os gestores municipais não têm compromisso com a Educação Escolar Indígena e, em consequência disto, não há um programa de qualidade para as populações indígenas; as escolas estão abandonadas, sem condições de funcionamento por falta de material didático, estruturas prediais, etc. O que observei em algumas aldeias entre 2007 e 2009 e no Lobo durante a pesquisa de campo confirma o quadro precário apresentado em diversas situações pelos indígenas.

Na aldeia Lobo há somente dois professores que não frequentaram o ensino regular (não-indígena) e que há anos participam do curso de formação de professores indígenas realizados pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas através do Programa Pirayawara. A atuação da SEDUC-AM se dá através de cursos de magistério para os professores indígenas da TI Vale do Javari e teve início em 2001, no entanto, houve anos em que nenhuma etapa do curso foi realizada. Devido a atrasos e cancelamentos na realização das etapas do curso, os dois professores do Lobo ainda não concluíram sua formação.¹² Além disto, não há material didático suficiente para o trabalho; o prédio onde funciona a escola foi construído pela própria comunidade e se encontrava bastante deteriorado, conforme pode ser observado na foto abaixo (Foto 3). Entre os Matsés do Vale do Javari apenas as aldeias Flores e Três José possuíam escolas construídas pela prefeitura

11. Cf. CTI. Diagnóstico sobre a Educação Escolar Indígena na T.I. Vale do Javari. Brasília, 2008.

12. Além do curso oferecido pela SEDUC -AM a ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI) oferece, desde 2003, cursos complementares de formação de professores, programas de acompanhamento das escolas das aldeias e promove a elaboração de materiais didáticos (Matos, 2008).

municipal de Atalaia do Norte na época da pesquisa de campo do mestrado. Deste cenário, uma das principais consequências da baixa qualidade do ensino escolar na aldeia é o êxodo de estudantes para as cidades do entorno. Embora não tenha elementos suficientes para analisar as causas e as consequências das falhas na implantação de um sistema de educação escolar indígena nas aldeias da TI Vale do Javari, penso ser interessante uma investigação a este respeito, tendo em vista que esta situação não me parece ser suficientemente explicada pela falta de infraestrutura – como a construção de escolas de alvenaria – mas, pela falta de um projeto claro de educação escolar a ser desenvolvido nas próprias aldeias.



Foto 3: Escola da aldeia Lobo, 25.05.2012. Rodrigo Reis

Situação diferente é vivenciada no Peru onde o Instituto Linguístico de Verão (ILV), através de contrato com o Ministério da Educação do Peru desde o estabelecimento de uma equipe de missionários junto aos Matsés, desenvolve alfabetização bilíngue (Romanoff, 1984). Neste país é destacável a produção de livros didáticos utilizados nas escolas Matsés (Dias, 2012, p. 33) que contém representações de situações das aldeias – publicações cujo conteúdo é escrito no idioma Matsés e são produzidas

pelo ILV-PERU¹³ – enquanto no Brasil, a publicação do primeiro livro didático elaborado pelos professores Matsés em parceria com o CTI se deu somente em 2008.¹⁴

Lá [no Peru], há escolas nativas, mas construídas em alvenaria, com material didático devidamente traduzido, ensino bilíngue, enfermarias, quadra de esportes, poços d'água, pontes, ruas e escadas de cimento, e flutuantes de metal nos portos. Tendo documentação peruana, os Matses podem votar e ser votados, chegando a eleger um Prefeito Matses, o Sr. Pepe Fasabi Rimachi (2007-2011), para a comunidade ribeirinha de Angamos, Distrito de Yaquerana, Loreto-PE, em 2006 (Dias, 2012, p. 18).

As diferenças em relação ao acesso à educação escolar pelos Matsés do Brasil e do Peru podem também ser compreendidas através da relação estabelecida por este povo com as missionárias do SIL, pois, a permanência junto a uma base missionária instalada no rio Choba não foi consensual entre os Matsés e constituiu-se como um dos aspectos do padrão de assentamento definido por Matlock (1998) como processos de nucleação-dispersão-nucleação. Atualmente, não há mais missionários norte-americanos entre os Matsés do Peru, no entanto, o legado deixado por estes inclui, além de um sistema de educação bilíngue responsável pela alfabetização e profissionalização de vários Matsés, a formação de pastores evangélicos Matsés.

A presença religiosa, agora exercida também por Matsés, continua sendo um ponto conflituoso. Há lideranças conhecidas pela rejeição à presença de missionários, dentre elas Caiçuma, o que foi confirmado por um Matsés do Lobo: “Caiçuma não aceita os missionários. Têm alguns aqui, mas não na área [da casa] dele, já tentaram conversar com ele, mas, ele não aceita mesmo!”.

13. Dentre esta produção, cabe destacar o Isec onquenu (1980), Capuiecnidaid (1980) e Matsesên naid vol. I (1981) e vol. II (1983); livros de leituras, como o Nidaid capuquid uicchumbidi (1985) e Matsesên Chiampid (1988/2006); e de saúde/ciências naturais como Matsesên dada (1982) e Manua (1982).

14. Livro intitulado: Matses Dadauaid Mëquiadte.

Apesar da divergência, há na aldeia Lobo uma igreja evangélica frequentada por várias pessoas que assistem clipes de música gospel em espanhol e acompanham cultos realizados por pastores Matsés vindos do Peru. Nos primeiros dias em que estive na aldeia, um grupo de pastores havia chegado para realizar uma celebração matrimonial de quatro casais Matsés desta aldeia. Este evento ocorreu na noite do dia 27 de maio, mas não teve repercussão na casa de Gonçalo e entre os que moram próximo à sua casa, uma vez que nem sequer sabíamos ao certo quando o casamento iria ocorrer. Não obstante, por volta das 22 horas deste dia, ao escutar cantos e fogos de artifícios, saí com Gaúcho para saber o que ocorria, mas, quando estávamos nos aproximando da área onde fica a igreja fomos informados que as celebrações matrimoniais já haviam acontecido e que no momento só haveria uma espécie de vigília que seguiria até a manhã do dia seguinte. Mesmo assim, Gaúcho ainda fez o registro fotográfico do interior da igreja conforme foto abaixo (Foto 4).



Foto 4: Celebração na igreja após o casamento, 27.05.2012. Gilson Mayoruna (Gaúcho)

I JOGOS BI-NACIONAIS DOS MATSÉS

Proposto primeiramente como um evento a ser realizado no dia 19 de abril – data em que se celebra no Brasil o “Dia do Índio” – o I Jogos Bi-Nacionais dos Matsés ocorreu entre os dias 31 de maio e 02 de junho de 2012. A prorrogação da data de realização deste evento decorreu da dificuldade – constantemente enfatizada por Gaúcho – em conseguir apoio para a aquisição da premiação e de uniformes para os times das aldeias Soles, 31 e Lobo (Brasil). Não obstante as dificuldades que encontrei para a realização da pesquisa de campo – relatadas na Introdução da dissertação (Reis, 2013) –, este evento se tornou o meio que viabilizou a minha entrada na TI Vale do Javari.

Durante o período que permaneci na sede do Município de Atalaia do Norte acompanhei a busca de Gaúcho por recursos para a realização dos jogos, que pediu patrocínio e apoio de missionários e de funcionários da Sesai e da Funai. Com o que angariou comprou a vestimenta para três times de futebol, uma bola para futebol de campo e um troféu para premiar o vencedor do torneio. Neste período também pude perceber a expectativa a respeito deste evento ao encontrar com Matsés que estavam na cidade. Do mesmo modo, ao chegar na aldeia Lobo, observei uma forte mobilização da comunidade para a sua realização: as pessoas da aldeia se organizaram em grupos para a caça de animais que serviriam de alimento para os visitantes, para a limpeza do campo de futebol, etc.

Apesar de ter sido denominado como “I Jogos”, já ocorreram torneios semelhantes no Peru em que os Matsés do Brasil participaram, tratava-se, portanto, da oficialização de um evento pela nova associação indígena dos Matsés coordenada por Gaúcho, a AMAJA – Associação Matsés do Alto Jaquirana. Neste sentido, embora já houvesse a expectativa em relação à sua realização, as ações necessárias para a preparação dos Jogos se intensificaram com a chegada de Gaúcho na aldeia Lobo, o que me leva a ressaltar novamente que minha entrada e permanência na comunidade para a pesquisa de campo só foi possível em virtude da preponderância deste evento para esta organização política.

No dia 27 de maio acordei antes do amanhecer com os gritos dos rapazes que praticavam exercícios físicos no campo, enquanto Gaúcho se comunicava pelo rádio com as aldeias do Brasil e do Peru confirmando o início do torneio para o dia 1 de junho. Assim, na tarde do dia 30 de maio, chegou o primeiro grupo formado por doze homens da aldeia Puerto Alegre (Peru). Para acolhê-los, providenciou-se a limpeza de uma casa próxima ao malocão que também foi construída para receber visitantes nos eventos. Neste mesmo dia, chegou o grupo de caçadores – formado por cinco homens munidos com três espingardas – trazendo cinco queixadas, três porcos, um veado e uma anta – e, ao longo da noite, chegaram as seleções das aldeias Buenas Lomas Nuevo, Puerto Callao e San Roque (Peru).

A chegada antecipada dos grupos de Matsés do Peru fez com que Gonçalo convocasse uma reunião no dia 31 de maio logo pela manhã. Neste momento, sua maior preocupação era com a alimentação dos visitantes que chegaram um dia antes do previsto. Cabe registrar que Gonçalo tornou-se o coordenador do evento, pois Gaúcho viajou junto com a equipe de vacinação para acompanhar os trabalhos nas demais aldeias. No início da reunião, Gonçalo deu boas-vindas aos visitantes, me apresentou, e expôs a proposta de organização do torneio de futebol. A proposta foi aceita e também se resolveu fazer o sorteio dos jogos e começar a disputa antes da chegada das seleções das aldeias 31 e Soles.

Assim que o sorteio foi realizado, os últimos ajustes no campo foram feitos com a instalação da bandeira de escanteio e de uma tenda para abrigar a mesa organizadora do evento, que foi formada por mim e por representantes dos respectivos times. Assim às 10 horas deste dia teve início o torneio de futebol. Durante a realização do terceiro jogo, chegou o grupo da aldeia 31 que logo apresentou a relação dos jogadores e recebeu um dos conjuntos de uniformes trazidos por Gaúcho para realizar o quarto e último jogo do dia contra o time do Lobo. Esta partida terminou empatada em 1x1 (Foto 5). Após as quatro partidas

deste dia, os times dispersaram para o banho e depois jantaram nas casas destinadas pela organização do evento.

No fim da tarde, quando eu estava no igarapé tomando banho, chegaram os homens do grupo da aldeia Soles. Eram 17 homens que haviam feito viagem em uma única canoa sem cobertura. Este grupo, na realidade, reuniu jogadores das aldeias Soles, José Meireles e Cruzeirinho e tinha como “técnico” o cacique do Soles, Antônio Kulina.



Foto 5: Lance do jogo: Lobo (camisa verde) X 31 (camisa azul), 31.05.2012. Rodrigo Reis

O torneio prosseguiu no dia seguinte com mais quatro partidas. Na disputa entre os times de 31 e Puerto Alegre ocorreu um lance polêmico que gerou a insatisfação do primeiro time com a arbitragem da partida. Renato, da aldeia Lobo, que atuava como bandeirinha, marcou impedimento em um gol do time de 31 e, poucos minutos depois, o time adversário fez um gol. No reinício do jogo após o gol, houve um protesto por parte do time de 31 que levou o árbitro da partida – Moisés, de Buenas Lomas Nuevo – a expulsar um jogador deste time. Esta situação gerou uma confusão ainda maior e um dos jogadores da equipe que se julgava prejudicada tomou o cartão vermelho das mãos do árbitro da partida. Outros jogadores que assistiam ao jogo entraram

em campo, principalmente membros da equipe do árbitro que, por sua vez, chegou a anunciar que iria se retirar da partida, mas foi contido por alguns jogadores, inclusive da equipe do 31. O jogo prosseguiu e terminou com a vitória do time de Puerto Alegre. Tal situação tornou-se o assunto das discussões no restante deste dia.

No dia 2 de junho ainda restava uma partida da primeira fase do torneio, a disputa entre 31 x Puerto Callao que foi vencida pelo time de 31 por 2x0. Após esta partida foi feita a conferência dos pontos e, pelo que havia sido proposto por Gonçalo na reunião do dia 31 de maio, disputaria a partida final o vencedor de cada grupo. Neste caso, as equipes de Buenas Lomas Nuevo e do Lobo. No entanto, houve uma discussão após este anúncio que levou Gonçalo a anunciar em seguida que a final do campeonato seria disputada entre as equipes do Lobo e de Puerto Callao, o que realmente ocorreu.

Embora eu tenha tido dificuldades para entender os questionamentos dos times do Peru – pois a discussão se deu em Matsés, Espanhol e Português – o que me pareceu foi que havia interesse, por parte dos times peruanos, que o time de Puerto Callao jogasse a final. Alcançado o acordo, o jogo final começou um pouco depois das 11 horas e terminou às 13 horas com a vitória, definida nas cobranças de pênaltis, da equipe do Lobo. Depois deste jogo houve a premiação: um troféu para o primeiro lugar e outro – bem menor – para o segundo. Fotos e filmagens que registraram a comemoração também encerraram o I Jogos Bi-Nacionais dos Matsés.

Além dos Jogos estar situados em um conjunto de eventos binacionais dos Matsés, a presença de 105 pessoas de outras aldeias nestes dias possibilitou alguns diálogos e a observação de uma rotina na aldeia Lobo diferente da que vivenciei no restante do período em que lá permaneci. Dos diálogos com Matsés de aldeias peruanas ressaltaria a conversa com três jovens da aldeia San Roque – em que um deles afirmou ser filho de uma mulher não-indígena raptada. Ressaltaria também o encontro em uma das noites dos Jogos com um grupo de nove Matsés

narrado anteriormente. Além destes, destaco algumas conversas com Antônio Kulina, cacique da aldeia Soles, a respeito da participação de Matsés na estrutura política de Atalaia do Norte. Antônio me falou da sua intenção de indicar um Matsés para a Secretaria Municipal Assuntos Indígenas (SEMAI) e sobre as eleições municipais que ocorreriam em outubro de 2012. Antônio falou também das preferências entre os pré-candidatos ao cargo de Prefeito e da candidatura de Gaúcho para vereador ressaltando que, mesmo os candidatos que contam com seu apoio, como Gaúcho, deveriam visitar as aldeias para apresentar suas propostas. Gaúcho de fato se candidatou ao cargo de vereador, mas não se elegeu; neste pleito municipal houve a eleição de um indígena do povo Marubo para o cargo de vereador.¹⁵

REUNIÕES BINACIONAIS CONTRA A EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA EM TERRITÓRIOS MATSÉS

Diante das ameaças à integridade de seus territórios promovidas pela concessão de exploração petrolífera, os Matsés que vivem em comunidades distribuídas nos dois lados da fronteira começaram, a partir de 2009, a promover Reuniões Binacionais Matsés Brasil-Peru. Estas reuniões passaram a integrar a agenda de mobilizações de lideranças e comunidades Matsés nos dois países

Ao todo foram realizadas seis reuniões binacionais, sendo que a primeira ocorreu no ano de 2009. A aldeia Lobo recebeu a quarta edição no período de 09 a 11 de março de 2013. Cabe registrar que estas reuniões têm início justamente após as medidas do ex-presidente do Peru, Alan García, em favor da exploração petrolífera neste país. Deste modo, os temas que têm mobilizado lideranças Matsés com apoio de organizações indigenistas, como o Centro de Trabalho Indigenista, além do

15. Quatro anos depois, em 2016, a participação dos indígenas na Câmara de Vereadores de Atalaia do Norte aumentou significativamente. Além de Gaúcho e de Manoel Chorimpa (Marubo), que se elegeu a primeira vez em 2012, quatro indígenas foram eleitos. Do total de 11 vereadores municipais, atualmente seis são indígenas sendo dois Matsés, dois Marubo, um Kanamari e um Matis.

petróleo, se referem ao controle territorial, à saúde, ao manejo sustentável dos recursos naturais e à situação de “povos isolados”

Em 2016 conquistaram o fim do contrato de exploração do Lote 137, conforme divulgação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em sua página na internet “Vitória Matsés: Pacific Stratus desiste do Lote 137”:

Terminou em julho deste ano o contrato de exploração de petróleo em território peruano no Lote 137, concedido para a Pacific Stratus Energy S.A. O fim do contrato consta em relatório mensal da Perupetro, agência reguladora estatal peruana encarregada dos contratos de exploração de hidrocarbonetos. Segundo o relatório, a decisão de rescindir o contrato e devolver a área total do lote foi motivada pela oposição da Comunidad Nativa Matsés (CNM), que impediu a empresa de iniciar o processo de Estudo de Impacto Ambiental e executar o Programa Mínimo de Trabalho do primeiro período da fase de exploração. Devido a essa resistência, obrigações contratuais do Lote 137 encontravam-se suspensas há quase nove anos “por situação de Força Maior”. A exploração de petróleo é motivo de grande preocupação do povo Matsés, que tradicionalmente ocupa a bacia do rio Jaquirana, principal formador do rio Javari na região de fronteira do estado do Amazonas, no Brasil, com o departamento de Loreto, no Peru.

Em uma reunião ocorrida no dia 12 de junho de 2012, o cacique Mocaci tratou de alguns assuntos referentes à fronteira Brasil-Peru e reafirmou a unidade dos Matsés:

Antes da demarcação [da TIVJ] havia muitos invasores. Depois da demarcação teve conflito com madeireiros. Teve madeireiro peruano que roubou nossas terras, que tiravam madeira no Brasil! Agora, com o petróleo, eu também estou preocupado. Não vai ser só no Peru, não. Se poluir lá, vai poluir aqui. Vamos reunir Brasil e Peru para lutar pela nossa terra! O rio é internacional, não vamos deixar entrar. Somos parentes e vamos nos unir para lutar. Antes teve discussão com os Matsés do Peru porque eles

traziam os madeireiros para o Brasil. Agora não! Fomos em reunião no Puerto Alegre e vamos lutar juntos! Aqui no Jaquirana tem muitos lagos, no Peru não tem muitos. Então, não era madeira que eles queriam, eles queriam os peixes, os tracajás, tirar copaíba... Agora estou preocupado de acontecer a mesma coisa. Vamos nos unir! Eu sei que é um rio só, que se poluir vai afetar todo mundo. Aqui pelo rio não vão entrar! Se não escutarem, vai ter guerra!

Os documentos produzidos por estas reuniões, as matérias jornalísticas e boletins que circulam na internet, e as entrevistas e conversas que mantive durante a pesquisa de campo corroboram para a compreensão de que atualmente os limites dos estados nacionais não têm se convertido em uma fronteira que divida este povo. Além disto, o enfrentamento de questões atuais, como a concessão para exploração petrolífera, tem fortalecido uma unidade que se converte em ação política para a gestão de uma identidade transfronteiriça que se constitui apesar dos processos de territorialização que “separaram” o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Matsés conhecem as rotas fluviais e os varadouros que ligam o Brasil ao Peru – ou, o Peru ao Brasil –, tal conhecimento foi manifestado diversas vezes durante as viagens da pesquisa de campo – a da ida e a da volta – em que meus companheiros de viagem apontavam os igarapés, os locais onde se formam furos nas épocas de cheia do Javari, as roças de aldeias brasileiras, mas cultivadas no lado peruano da fronteira,¹⁶ as comunidades ribeirinhas e as outras aldeias Matsés. Do mesmo modo, Renato – um dos companheiros da viagem entre Atalaia do Norte e a aldeia Lobo – entrou em um varadouro alguns dias antes do início dos jogos para encontrar com os Matsés do Peru que estavam a caminho. As viagens transfronteiriças, motivadas essencialmente por visitas

16. Coutinho Jr. também faz referências a práticas desse tipo no RTID.

a parentes, nunca foram abandonadas conforme relatos de Turu e Gonçalves. Este último, em uma das conversas que mantivemos próximo ao dia da minha partida da aldeia, contou-me que pretendia fazer uma viagem ao Cashispi para visitar os parentes de sua esposa, Marta, para que os mesmos conheçam sua filha mais nova, Helena. Neste mesmo sentido, Matos (2009, p. 70-71) afirma que;

As famílias Matsés se movimentam livremente pelo território que ocupam nos dois países. Além das viagens individuais, para fazerem visitas aos parentes do Peru, os Matsés do alto Javari brasileiro estão sempre realizando expedições de caça e pesca, em vários períodos do ano, mas principalmente nas épocas de seca.

Embora a presença dos Matsés na região seja anterior à definição dos limites entre Brasil e Peru, o período que compreende o início da atuação da Funai e o processo de territorialização desencadeado pela criação da TI Vale do Javari aliado à luta contra a continuidade da atuação de madeiras peruanas introduziram uma noção de “fronteira” como limite territorial e diferença intraétnica manifesta através do acionamento da identificação nacional entre Matsés brasileiros/Matsés peruanos.

A experiência da demarcação – a exemplo do que ocorreu com os Ashaninka (Pimenta, 2012) – parece ter fomentado uma nova concepção do território, em que seus “limites” tornaram-se realidades mais concretas. Em diversas reuniões e assembleias do movimento indígena do Vale do Javari pude observar a utilização de um mapa da Terra Indígena, elaborado pelo PPTAL, que as lideranças se referiam tanto para a representação de sua maior conquista – a terra demarcada – quanto para indicar no mapa os locais em que ocorriam conflitos com invasores e as aldeias que careciam da assistência dos órgãos públicos.

O novo quadro de relações interétnicas instituído a partir da década de 1970 nos dois países causou transformações importantes no padrão de assentamento dos Matsés. O contato pacífico, com as missionárias

ou com a Funai, desencadeou a formação do que Romanoff (1984) chamou de assentamentos híbridos, que somados aos processos de territorialização dos quais resultaram a criação dos respectivos territórios indígenas – a TI Vale do Javari e a Comunidad Nativa Matsés – instituíram a “fixidez da comunidade” em contraposição à “mobilidade de antigamente”, quando as diferenciações entre os grupos locais que não estavam atreladas a um território previamente definido, com limites físicos (Matos, 2009, p. 71).

Conforme observei nos documentos elaborados entre a década de 1970 e o início deste século, o indigenismo oficial brasileiro adotou a classificação Mayoruna desenvolvida no período colonial. No entanto, diferente da sua primeira formulação que se referia a aqueles indígenas classificados pelos topos brancos e barbudos (Coutinho Jr., 1993), e portanto sem “fronteiras” claras da definição do grupo; ao empregar esta classificação se instituía um grupo étnico com os limites estabelecidos pelo estado brasileiro: os “Mayoruna do Vale do Javari”.

Entendendo “grupo étnico” como “uma unidade com fronteiras bem delimitadas” que “possui cultura, ‘raça’ e língua próprias, diferentes das outras etnias” (Reesink, 1983, p. 123) é possível apreender que tal classificação transforma um conjunto de assentamentos locais em uma etnia que deve ser considerada diferente de outros conjuntos próximos, linguística e culturalmente, como os Matis e os Marubo, no Brasil, e os Matsés do Peru. Afirmações como a feita por Gonçalo de que “os Matsés não podem entrar no Brasil porque nós somos demarcados, protegidos do Brasil e eles tem também terra” ou, a proferida por Mocaci: “antes teve discussão com os Matsés do Peru porque eles traziam os madeireiros para o Brasil” remetem a um passado, não tão distante, em que os Matsés – pelo menos, na relação com os seus respectivos estados nacionais – estavam divididos em Mayoruna e Matsés.

Um dos serviços realizados pela Funai é a emissão do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani) com a finalidade de registrar administrativamente o nascimento de indígenas, atestando a

que etnia eles pertencem¹⁷. Neste processo o nome do grupo étnico é empregado como sobrenome dos indígenas, a exemplo de sujeitos da pesquisa: “Tumi Paulo Uisú Matis”, “Clóvis Marubo”, “André Mayoruna”, “Gilson Mayoruna”, dentre outros. Entretanto, ao comparar os dados censitários da aldeia Lobo e as relações de nomes dos jogadores das equipes que participaram dos jogos, observei que a incorporação do nome da etnia ao sobrenome somente ocorre entre os oriundos das aldeias brasileiras. Estes dados podem não ser suficientes para afirmar que tal prática seja inexistente no Peru, porém, reforçam a prática do indigenismo brasileiro de definição do pertencimento étnico.

No nível das relações entre os grupos locais, isto é, entre as aldeias Matsés, pude observar que relações de reciprocidade, como os casamentos, se mantêm apesar dos limites nacionais e da criação dos respectivos territórios indígenas. Enquanto que, no quadro das relações interétnicas, os Matsés precisam se adequar aos critérios de indianidade dos estados nacionais que refletem nas formas de organização política e social adotadas a partir dos marcos legais de cada país.

Ainda que as reuniões binacionais tenham um caráter político explícito e propiciem uma maior visibilidade as reivindicações, considero que a institucionalização dos jogos também desempenha um papel importante neste processo. Por “institucionalização dos jogos” pretendo definir a transformação formal e política de uma prática comum. Conforme pude observar nos dias que fiquei na aldeia Lobo – mas também, na rápida visita a aldeia 31 quando retornava à Atalaia do Norte e em outras aldeias do Vale do Javari que conheci durante as reuniões e assembleias entre os anos de 2007 e 2009 – a prática de esportes, principalmente o futebol, faz parte da rotina. Deste modo, o que atribuiu sentido político aos jogos foi o seu modo de organização e realização. Além

17. De acordo com informações no site http://www.funai.gov.br/home/BeloMonte/O_P_Cidadania/Rani.ht m l “O Rani também serve como subsidiário de prova na hora de tirar a certidão de nascimento. [...] colabora para a contagem estatística e demográfica da população indígena. É um documento que pode e deve coexistir com todos os outros documentos básicos, como identidade, certidão de nascimento civil, CPF e carteira de trabalho” (acesso em 20 de março de 2013).

da busca por apoio material e da organização entre os moradores da aldeia Lobo, ressalto a realização da reunião que ocorreu para definir as regras e formalmente dar início ao torneio – não deixando de ser pela origem dos seus participantes uma reunião binacional. Esta formalidade, ao meu entender, institucionaliza uma prática cotidiana e a finalidade definida pelos seus organizadores lhe investe de efetividade política.

A discussão ocorrida em uma das partidas pode questionar o caráter de confraternização atribuída à prática esportiva e indicar que a disputa se baseia em divisões anteriores e pode reforçar os limites já existentes. Porém, os espaços eminentemente políticos do movimento indígena – encontros, seminários, reuniões, assembleias, etc. – também não são permeados por alianças ou por disputas? O caráter conflitivo dos espaços políticos não parece anular suas decisões e, no caso dos jogos, penso que o mais importante é saber se este evento reforça a noção de unidade em um nível mais alto – o que pelo observado nesta pesquisa me parece que sim.

Ações governamentais como a concessão para a exploração petrolífera no Peru resultam de duas dinâmicas socioeconômicas que caracterizam os fluxos recentes do espaço amazônico: de um lado, as dinâmicas colonialistas internas apontam para a expansão das fronteiras econômicas das sociedades nacionais em direção aos limites da floresta amazônica – tidos como de baixa atividade econômica e com elevado potencial energético, mineral, madeireiro e petrolífero. De outro lado, a expansão do sistema mundial através de movimentos de transposição para os territórios periféricos do sistema capitalista de obras de infraestrutura de grande escala, visam explorar recursos naturais e, assim, produzir espaços produtivos dentro do jogo de comércio internacional (Medeiros, 2009, p. 20). Em suma, os projetos de desenvolvimento em voga nos países amazônicos correspondem à atualidade das frentes de expansão e, não obstante as transformações que possam ter ocorrido na ideologia étnica (Reesink, 1983) nas últimas décadas, a reação de organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas reacendem

concepções como a do “vazio demográfico” e de que os povos indígenas são entraves ao “desenvolvimento nacional”.

Da atualidade da frente de expansão econômica na região resultam novos conflitos entre as práticas territoriais estatais e indígenas. A unidade transfronteiriça dos Matsés emerge deste contexto como uma nova forma de organização política para forçar os estados nacionais brasileiros e peruanos a solucionar o conflito. O reconhecimento da emergência desta “unidade transfronteiriça” não pretende negar situações em que a divisão peruanos/brasileiros se conforma como mais uma possibilidade de criação de “fronteiras” intraétnicas, em que os Matsés instrumentalizem uma identidade nacional. Não obstante, há de se ter presente que tal unidade é fundamentada em relações de vizinhança e de reciprocidade entre assentamentos locais que compartilham uma unidade linguística, territorial e cultural que antecede à instituição dos limites nacionais e da criação dos territórios indígenas.

BIBLIOGRAFIA

- ARISI, B. *Matis e Korubo: Contato e Índios Isolados. Relações entre povos no Vale do Javari, Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Florianópolis: UFSC, 2007.
- ARISI, B. *A Dadiva, a Sovinice e a Beleza*. Economia da Cultura Matis, Vale do Javari, Amazônia. Tese (Doutorado em Antropologia). Florianópolis: UFSC, 2011.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des)caminhos da identidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 15, n. 42, 2000. pp. 7-21.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- COSTA, Luiz Antonio. *As Faces do Jaguar*. Parentesco, História e Mitologia entre os Kanamari da Amazônia Ocidental. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ, 2007.
- COUTINHO JR., W. *Branços e Barbudos*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 1993.
- COUTINHO Jr., W. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari*. Brasília: FUNAI, 1998.
- CTI, 2008. *Diagnostico sobre a Educação Escolar Indígena na T.I. Vale do Javari*. Disponível em <http://www.trabalhoindigenista.org.br/papers.asp>

DIAS, Ricardo Lopes. *MATSES NEBI* ("Sou Matses/Sou Gente!"): Um estudo da identidade Matses como autodesignação étnica e autoafirmação de sua humanidade na natureza. Monografia (Bacharelado em Antropologia). Benjamin Constant: UFAM, 2012.

ERIKSON, Philippe. Reflexos de si, ecos de outrem. Efeitos do contato sobre a auto-representação matis. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (org.). *Pacificando o Branco*. São Paulo: Unesp/ IRD, 2002.

KENT, Michael. Práticas territoriais indígenas entre a flexibilidade e a fixação. In: *Mana*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ, 17(3), 2011. pp. 549-582.

LOPEZ GARCES, Claudia L. *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de frontera del alto Amazonas/Solimões*. Tese (Doutorado/ CEPPAC). Brasília: UnB, 2000.

LOPEZ GARCES, Claudia L. Procesos de formación de fronteras en la region del Alto Amazonas/Solimões: la historia de las relaciones interétnicas de los Ticuna. In: RCO; BA-INES, Stephen G. *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora da UnB, 2005.

MATLOCK, James. Dispersed, nucleated, dispersed: Changing Matses settlement patterns, 1969-1995. In: PICCHI, D. (ed.). *Unsettled Communities: Changing Perspectives on South American Indigenous Settlements*. South American Indian Studies, 5, 1998. pp. 33-45.

MATLOCK, James. *Registers of Resistance and Accommodation: The Structuration of a Peruvian Amazonian Society*. Ph.D. Dissertation in Anthropology. Carbondale: Southern Illinois University, 2002.

MATOS, Beatriz de Almeida. Os Mayoruna e a vigilância da fronteira. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). *Povos Indígenas no Brasil, 2000-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

MATOS, Beatriz de Almeida. Os Matses: aspectos históricos e contemporâneos. CTI, 2008a. Manuscrito. Disponível em: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/MatosBA_Os-Matses-aspectos-historicos-e-contemporaneos.pdf/ acesso em maio de 2011.

MATOS, Beatriz de Almeida. Os Matses. 2008b. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/matses/>. Acesso maio de 2011.

MATOS, Beatriz de Almeida. *Os Matses e os Outros – elementos para a etnografia de um povo indígena do Javari*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Rio de Janeiro: Museu Nacional: UFRJ, 2009).

MATOS, Beatriz de Almeida, MARUBO, J. Colapso no Atendimento Provoca Retorno de Epidemias. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). *Povos Indígenas no Brasil, 2000-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. pp. 444-445.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Delineando um quadro para pensar discursos geopolíticos ambientais para a Amazônia: internacionalização, nacionalismos e governanças globais no Brasil e nos EUA*. Brasília: UnB, 2009. Serie Ceppac, n. 023.

OCTAVIO, Conrado R.; AZANHA, Gilberto. *Isolados – algumas questões para reflexão*. Brasília: CTI, 2009.

PIMENTA, Jose. Parentes diferentes: etnicidade e nacionalidade entre os Ashaninka na fronteira Brasil-Peru. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB, 2011-I, 2012. pp. 91-119.

REESINK, Edwin. Índio ou Caboclo: Notas sobre Identidade Étnica dos Índios no Nordeste. In: *Universitas*. Salvador (32), jan./abr. 1983. pp. 121-137.

REESINK, Edwin. A procura da mina: observações sobre a “PETROBRAS” na Amazônia Ocidental. In: MAGALHÃES, Sonia Barbosa; BRITO, Rosyan Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (org.). *Energia na Amazônia*. vol. II. Belém: MPEG, UFPA, UNAMAZ, 1996.

REIS, R. *Os Matsés e as fronteiras: territorialização, conflitos e a construção de uma identidade transfronteiriça*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2013.

REIS, R. Entre fissões e fusões – a dinâmica social Matses e os processos de territorialização na fronteira Brasil-Peru. In: *Ambivalências*. Aracajú: UFS, v. 3, n. 5, 2015. pp. 28-60,

ROMANOFF, S. *Matses Adaptations in the Peruvian Amazon*. Ph.D. Dissertation. New York: Columbia University, 1984.

SILVA, Cristhian T. da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. In: *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v. 2, n. 1, 2005. pp. 113-140.

UNESCO. *Falando sobre prevenção às DST/Aids e hepatites virais*: Mayoruna (Matses). Brasília: UNESCO, 2012. (Serie Javari: educação preventiva para DST/HIV/Aids e hepatites virais para povos indígenas do Vale do Javari; 2).